
	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO			PROCESSO: 4683/2025
				FOLHA:
TERMO DE REFERÊNCIA				RÚBRICA:
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO				

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021):

1.1. Descrição do objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de CONCRETO IMPORTADO DE USINA, DOSADO RACIONALMENTE PARA UMA RESISTENCIA CARACTERISTICA A COMPRESSÃO DE 30MPA (BOMBEADO), CONCRETO IMPORTADO DE USINA, UTILIZANDO CIMENTO, BRITA1, AREIA E ÁGUA DE 30MAP, **em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente a NBR 7212/2012 e NBR 12655/2015**, destinado a atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras.



1.2. Especificação do serviço/quantitativos/valores pesquisados:

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA				
ESPECIFICAÇÃO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de CONCRETO IMPORTADO DE USINADO				
LOCAL: Todo o território do Município de Trajano de Moraes-RJ.				
Referência: EMOP 05/25				jul/25
PERÍODO DE EXECUÇÃO: 12 MESES				
GRUPO 1				
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
1	11.046.0013-A	Concreto importado de usina, dosado racionalmente para uma resistência caracterizando Brita 1, de 30MPA	M³	2000,00
2	11.046.0180-0	Bombeamento para concreto de alto desempenho	UN	2000,00

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, nº 01 - Centro – Trajano de Moraes – RJ.

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 4683/2025 FOLHA:
TERMO DE REFERÊNCIA			RÚBRICA:
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

1.3 Enquadramento dos bens:

O objeto da contratação consiste no fornecimento de concreto usinado FCK 30 MPa, caracterizando-se como **bem comum**, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e usualmente encontrados no mercado. O objeto não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto nº 10.818/2021.

1.4. O regime de execução adotado será o de empreitada por preço unitário, tendo em vista que a contratação será realizada com base em unidades de medida, tais como **metro cúbico (m³) e unidade**. Tal regime mostra-se o mais adequado ao objeto, considerando que as quantidades a serem executadas poderão sofrer variações conforme as necessidades identificadas no decorrer da execução dos serviços e em razão de situações eventuais.

Dessa forma, os pagamentos serão efetuados com base nas medições dos quantitativos efetivamente executados, devidamente aferidos e atestados pela Administração.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade da Secretaria Municipal de Obras em garantir a adequada execução de suas atividades administrativas e operacionais, assegurando a continuidade dos serviços e o atendimento às demandas do setor.

O objetivo da contratação é suprir as necessidades da Secretaria, por meio da aquisição/contratação do objeto descrito neste Termo de Referência, proporcionando melhores condições de trabalho, eficiência na execução das atividades e adequado atendimento às demandas institucionais.

2.2 Interesse público: A presente contratação atende ao interesse público ao possibilitar a execução de serviços de manutenção e melhoria da infraestrutura urbana do município, contribuindo para a segurança, mobilidade e qualidade de vida da população. A disponibilização do concreto usinado permitirá maior eficiência na realização de obras e intervenções necessárias em vias públicas, calçadas, estruturas e demais espaços de uso coletivo, garantindo maior durabilidade das obras e melhor aplicação dos recursos públicos.



2.3. Metodologia do quantitativo: Os quantitativos estimados foram definidos pela Secretaria Municipal de Obras com base no planejamento anual das ações de manutenção e melhoria da infraestrutura urbana, bem como em demandas históricas relacionadas a serviços de pavimentação, construção de calçadas, execução de vigas e demais intervenções estruturais.

As estimativas possuem caráter referencial e visam garantir a disponibilidade de concreto usinado para atendimento das frentes de trabalho ao longo do exercício, permitindo a execução das obras conforme a necessidade da Administração. A definição das quantidades buscou assegurar o adequado planejamento das atividades da Secretaria, observando os princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos.

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, nº 01 - Centro – Trajano de Moraes – RJ.

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 4683/2025 FOLHA:
TERMO DE REFERÊNCIA			RÚBRICA:
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

2.4. Justificativa do Quantitativo solicitado: Justifica-se a elaboração das estimativas para subsidiar a contratação do fornecimento de concreto usinado FCK 30 MPa, necessário à execução de serviços de manutenção e melhoria da infraestrutura urbana, como pavimentação de vias, execução de calçadas, vigas e demais intervenções estruturais. As projeções foram baseadas em dados técnicos, planejamento das ações da Secretaria Municipal de Obras e histórico de consumo, assegurando suporte adequado à Administração e observância aos princípios da economicidade e eficiência, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021):

3.1. Estudo Técnico Preliminar nº 102/2025 (Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/21).

4. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021):

4.1. Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21): O prazo do contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, independentemente da demanda solicitada em cada contratação.

4.2. Prorrogação do Contrato: O contrato poderá ser prorrogado a critério da administração, devidamente justificado com fundamento nos termos da Lei 14.133/2021.

4.3. Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21): O contrato poderá ser reajustado, sempre obedecendo a índices oficiais de governo e devidamente justificado. As regras do reajustamento serão aquelas constantes do edital, quais serão os índices utilizados, as condições de aplicação e eventuais limitações. Além disso, é fundamental que os participantes da licitação estejam cientes dessas condições antes de submeterem suas propostas.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021):

5.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para o preparo e fornecimento de concreto usinado FCK 30 MPa, destinado à execução de obras e serviços de infraestrutura realizados pela Secretaria Municipal de Obras, tais como pavimentação de vias, execução de calçadas, vigas, fundações e demais intervenções estruturais necessárias à manutenção e melhoria dos espaços públicos.

O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, em razão da variabilidade das demandas ao longo do período. A contratação deverá ser realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, com utilização do pregão eletrônico e critério de julgamento pelo menor preço, por se tratar de objeto comum.

O objeto não se enquadra como bem de luxo, conforme disposto no Decreto nº 10.818/2021.

5.2. A contratada deverá fornecer garantia de, no mínimo, 30 dias dos serviços fornecidos a contar da data de recebimento definitivo do objeto.



5.3. Os custos relativos aos empregados envolvidos na prestação dos serviços deverão abranger, entre outros, transporte, alimentação, equipamentos e demais itens diretamente utilizados na execução das atividades, sendo de inteira responsabilidade da contratada.

5.4. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será exigida garantia de execução contratual.

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, nº 01 - Centro – Trajano de Moraes – RJ.

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 4683/2025 FOLHA:
TERMO DE REFERÊNCIA			RÚBRICA:
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

5.5. Garantia e/ou assistência técnica (art. 40, § 1º, III): A empresa deve assegurar a total fidelidade na prestação dos serviços, garantindo que todas as atividades sejam realizadas de acordo com os padrões estabelecidos e com o máximo de qualidade. Além disso, é fundamental que a empresa se responsabilize pela pontualidade, visibilidade e organização, oferecendo a assistência técnica necessária para a resolução de eventuais problemas. Essa assistência deverá ser ágil, eficaz e ocorrer sempre que necessário, garantindo a boa execução das tarefas e a satisfação da administração. A empresa deve, portanto, demonstrar comprometimento não apenas com a execução dos serviços, mas também com o acompanhamento e suporte durante todo o período de operação.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021):

6.1. A contratação tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de concreto usinado FCK 30 MPa, produzido em usina e destinado às demandas da Secretaria Municipal de Obras do Município de Trajano de Moraes/RJ, conforme condições e especificações detalhadas nesse Termo de Referência.

A empresa contratada será responsável pelo preparo, fornecimento, transporte e bombeamento do concreto, bem como pelo cumprimento de todas as obrigações legais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias e comerciais decorrentes da execução do objeto, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

O material fornecido deverá atender às especificações técnicas estabelecidas no processo administrativo e às normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas, garantindo qualidade, resistência e desempenho adequados.

O fornecimento estará sujeito à fiscalização do Município, devendo a contratada observar as normas técnicas pertinentes e as normas de segurança do trabalho, inclusive quanto à utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), quando aplicável.

6.2. Qualificação Técnica (conforme art. 67, Lei 14.133/2021):

6.2.1 Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa já forneceu concreto usinado ou material similar, em características compatíveis com o objeto da licitação.

6.2.2 Regularidade ambiental: A licitante deverá apresentar Licença Ambiental de Operação válida, emitida pelo órgão ambiental competente, autorizando o funcionamento da usina de produção de concreto usinado utilizada para o fornecimento do objeto da contratação.

6.3. Apresentação de documentos juntamente à proposta de preços: Não será exigido;

6.4. Vistoria Prévia (observado os § 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021): Não se aplica.



6.6. A apresentação de amostra e/ou demonstração dos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Não se aplica.

6.7 Prazo de Validade/Garantias:

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, nº 01 - Centro – Trajano de Moraes – RJ.

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 4683/2025 FOLHA:
TERMO DE REFERÊNCIA			RÚBRICA:
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

- Garantias de qualidade dos serviços a serem fornecidos; O vencedor deverá manter garantia durante a vigência do contrato dos serviços fornecidos.

6.8. Sustentabilidade:

6.8.1 Em atendimento ao disposto no art. 18, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, foram analisados os aspectos de sustentabilidade aplicáveis à presente contratação.

Considerando a natureza do objeto e as condições de fornecimento, conclui-se que não se mostram necessários, neste momento, critérios específicos adicionais de sustentabilidade, além do cumprimento obrigatório da legislação ambiental, trabalhista e de segurança vigente.

A empresa contratada deverá observar integralmente as normas ambientais aplicáveis, sendo de sua exclusiva responsabilidade a obtenção de licenças, autorizações e o atendimento às exigências dos órgãos competentes, quando cabíveis.

Dessa forma, entende-se atendido o requisito legal relativo à sustentabilidade, nos termos exigidos pelos órgãos de controle, em especial o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021).

7.1. O prazo para o fornecimento do concreto usinado corresponderá ao período necessário para o atendimento das demandas operacionais da Administração, conforme as solicitações emitidas pela Secretaria Municipal de Obras. A empresa contratada deverá realizar o fornecimento de forma pontual, na data e horário previamente estabelecidos pela Administração, garantindo a entrega do material no local indicado pelo Município.

O recebimento da Nota de Empenho, da Ordem de Fornecimento ou de documento equivalente será considerado como marco inicial para a mobilização da contratada e para o atendimento da solicitação, devendo o concreto usinado ser entregue conforme as especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência.

O fornecimento ocorrerá de forma **parcelada**, conforme a necessidade da Administração e o planejamento das frentes de trabalho do Município.

7.2. O objeto do contrato deverá atender à solicitação posterior, nos locais definidos para os serviços, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras. Os endereços e rotas das localidades encontram-se anexos a este termo. Os serviços deverão ser realizados em estrita conformidade com os locais indicados para a execução.



7.3. O objeto do contrato será recebido provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** após o início de cada serviço.

7.4. O objeto do contrato será recebido definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes, que comprove o atendimento às

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, nº 01 - Centro – Trajano de Moraes – RJ.

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 4683/2025 FOLHA:
TERMO DE REFERÊNCIA			RÚBRICA:
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

exigências contratuais, no prazo máximo de **15 (quinze) dias** transcorrido a execução dos serviços contados após o recebimento provisório.

7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos, **às custas da contratada**, no prazo máximo de **10 (dez) dias** a contar da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis (base legal: art. 140, § 1º).

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato (conforme art. 140, § 2º).

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021):

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.

8.3. Para garantir que o fornecimento do concreto usinado produza os resultados esperados nas obras e serviços de engenharia, é essencial considerar um processo abrangente que contemple todo o ciclo de vida da aquisição. Ao seguir esse ciclo completo, a administração pública assegura que a contratação atenda de forma efetiva às necessidades da obra, especialmente quanto à qualidade, resistência e aplicação adequada do concreto com resistência característica à compressão de 30 MPa (bombeado). Dessa forma, os serviços poderão ser executados conforme o planejamento estabelecido, garantindo transparência, eficiência e qualidade em todas as etapas do processo.

9. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

9.1. Considerando que o objeto da contratação refere-se ao fornecimento de concreto usinado, dosado em central, com resistência característica à compressão de 30 MPa, destinado à aplicação por bombeamento, e que se trata de fornecimento pontual, de fácil verificação e controle no momento da entrega e da aplicação, entende-se que a exigência de garantia de execução contratual não se mostra necessária.

O fornecimento é mensurável, específico e passível de fiscalização direta pela Administração, apresentando baixo risco de prejuízos financeiros significativos em caso de eventual inadimplemento. Dessa forma, justifica-se a não exigência de garantia contratual, considerando a natureza do objeto e o reduzido potencial de impacto econômico para a Administração.

10. OBRIGAÇÃO DAS PARTES:



10.1. Obrigações da CONTRATADA:

a) Credenciar, junto a Administração, preposto para representá-lo e atender às requisições efetuadas pelo Gestor da contratação;

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, nº 01 - Centro – Trajano de Moraes – RJ.

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 4683/2025 FOLHA:
TERMO DE REFERÊNCIA			RÚBRICA:
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

- b) Fornecer os serviços conforme especificações, prazos e nos locais previstos neste TR, Edital e seus Anexos, em condições e de acordo com as especificações, procedência e prazo de garantia ou validade consignada em sua Proposta Comercial, acompanhados da respectiva nota fiscal.
- c) Reparar o objeto as suas expensas, no todo ou em parte, quando fornecido com defeitos ou incorreções, bem como quando em desacordo com o TR, Edital e seus Anexos;
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio desta Secretaria Municipal a seus servidores ou ao público em geral, em decorrência da realização dos serviços em desacordo com as especificações deste TR, Edital e seus Anexos, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados dentro de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis;
- e) Promover por sua conta, por meio de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto, bem como responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras obrigações que incidam ou venham a incidir na execução do objeto;
- f) Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela Fiscalização, atendendo as medidas técnicas e administrativas determinadas por aquela;
- g) Cientificar imediatamente a Fiscalização sobre qualquer ocorrência anormal que afete o fornecimento do bem;
- h) Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou malfeitos na realização dos serviços, atendendo assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela Fiscalização;
- i) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- j) Responsabilizar-se e indenizar por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização;
- k) Manter, durante toda vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- l) Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto que se fizerem necessários, na forma prevista no art. 125 da Lei nº 14.133/21;
- m) Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o bem a ser fornecido.



10.2. Obrigações da CONTRATANTE:

- a) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitindo o acesso de prepostos ou representantes da **CONTRATADA** às dependências da Prefeitura, no trato de questões relacionadas à execução do objeto;
- b) Prestar informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto que venham a ser solicitados por representante legal ou preposto da **CONTRATADA**;
- c) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem fornecido perante as especificações constantes do TR e da Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d) Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, de forma a verificar a sua perfeita execução;
- e) Manter, mediante Fiscalização, registros e documentos de controle relacionados com a execução dos serviços de segurança de apoio a eventos;
- f) Notificar formalmente a **CONTRATADA** por ocorrências de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços de fornecimento segurança de apoio a eventos, fixando prazo para a sua correção;
- g) Aplicar as penalidades por descumprimento de obrigações pactuadas neste Termo de Referência, no edital de licitação e demais anexos;

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, nº 01 - Centro – Trajano de Moraes – RJ.

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 4683/2025 FOLHA:
TERMO DE REFERÊNCIA			RÚBRICA:
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

- h) Verificar, durante a vigência do contrato, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) Efetuar o pagamento do prestador, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital de licitação e seus anexos;
- j) Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços de segurança de apoio a eventos, sempre que a medida for considerada necessária;
- k) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TR, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021):

11.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, Serão designados representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços de locação de equipamentos recreativos e brinquedos infantis para eventos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução e determinando as providências necessárias à regularização de faltas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. Ficam indicados como futuro fiscal (ou comissão de fiscalização, se for o caso) e futuro gestor do contrato, os seguintes servidores (se for o caso):

Fiscal do futuro Contrato: Luiz Carlos Caetano/Mat: 4455

Gestor do futuro Contrato: Luiz Carlos Caetano/Mat: 4455

12. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021):

12.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do art. 141 da Lei 14.133/2021.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021):

13.1. A contratação dos serviços do objeto será realizada através de Sistema de Registro de Preços?

(x) sim ou () não

13.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

O fornecedor dos serviços será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do **Art. 28, I c/c Art. 40, II e seguintes da Lei nº 14.133/2021**, garantindo assim a obtenção de propostas mais vantajosas economicamente. Este critério de julgamento assegura que a contratação será realizada com a proposta de menor preço global, proporcionando uma gestão eficiente dos recursos públicos. Ademais, a metodologia de menor preço global fomenta a competitividade entre os licitantes e a transparência no processo de seleção. A escolha desse critério está em conformidade com a legislação vigente e os princípios de economicidade e eficiência.



13.2 ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO:

13.2.1 A aquisição ocorrerá mediante **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que nova pesquisa de preços comprove a vantajosidade do preço prorrogado, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021. No caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, os quantitativos previstos inicialmente serão

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, nº 01 - Centro – Trajano de Moraes – RJ.

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 4683/2025 FOLHA:
TERMO DE REFERÊNCIA			RÚBRICA:
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

renovados automaticamente.

13.2.2 A Secretaria Municipal de Obras durante a vigência da ata de registro de preços poderá **conceder adesão a ata de registro de preços**, a órgãos não participantes da Ata, observando o limite do § 5º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

13.2.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o subitem anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços conforme definido no § 4º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

13.2.4 Justifica-se a permissão para adesão a Ata originária do Sistema de Registro de Preços por estar demonstrado que possui inúmeras vantagens em comparação a licitações que não adotam esse procedimento. A presente aquisição visa atender às necessidades por estimativa, conforme a demanda dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Obras. A opção por entrega fracionada justifica-se pela necessidade de adequar o fornecimento a real demanda dos serviços, evitando assim desperdícios e garantindo uma gestão orçamentária mais precisa e eficiente.

a. Economicidade e Eficiência: A entrega fracionada dos materiais permite um controle mais rigoroso dos gastos públicos, uma vez que os pagamentos serão realizados conforme o consumo real. Essa prática está em consonância com os princípios da economicidade e eficiência, fundamentais na administração pública, uma vez que se evita a imobilização de recursos financeiros em estoques desnecessários.

b. Ajuste à Demanda Variável: A demanda da entrega dos materiais pode variar ao longo do período de fornecimento, seja em função de variações no número de consumo no período. A possibilidade de ajuste no fornecimento de acordo com a demanda permite maior flexibilidade e adequação às necessidades reais, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

c. Melhoria na gestão de recursos: A fragmentação das entregas contribui para uma melhor gestão dos recursos, tanto humanos quanto materiais, pois permite um planejamento mais detalhado e o acompanhamento constante das necessidades e dos estoques. Além disso, evita o armazenamento de materiais que poderia ocorrer caso fossem adquiridos em grandes quantidades sem a devida necessidade.

d. Conformidade Legal e Transparência: A adoção de práticas que promovam a eficiência, a economicidade e a transparência na administração pública está em conformidade com os preceitos legais estabelecidos pela legislação vigente. A fragmentação das entregas, além de proporcionar uma melhor adequação às necessidades do serviço público, reforça o compromisso com a boa gestão dos recursos públicos e a transparência das ações administrativas.

Assim, a presente solicitação de aquisição, com entrega fracionada, é uma medida estratégica e necessária para o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Obras, garantindo a prestação dos serviços públicos com qualidade, responsabilidade e dentro dos parâmetros legais.

13.2.5 O procedimento relacionado ao SRP está em conformidade com a Lei 14.133/2021, garantindo a legalidade e a transparência do processo de compras públicas. A legislação estabelece que a prorrogação da Ata atenda às condições de interesse público e às disposições estabelecidas no instrumento original.

13.3 Habilitação Jurídica:

13.3.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, que consistirá na apresentação dos seguintes documentos:



13.3.2 Para fins de **comprovação da habilitação jurídica**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- No caso de Empresa Individual:
- Cédula de Identidade e Certidão de Matrícula no Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- No caso de Empresa Ltda. - S. A / Microempresa / Empresa de Pequeno Porte.

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, nº 01 - Centro – Trajano de Moraes – RJ.

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 4683/2025 FOLHA:
TERMO DE REFERÊNCIA			RÚBRICA:
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

- Apresentação do Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social) acompanhado das alterações subsequentes, no caso de inexistência de Contrato consolidado, e Ata de eleição da última Diretoria, se for o caso, todos devidamente arquivados na Junta Comercial, no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade por ações;
- No caso de sociedade civil.
- Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedade Civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- No caso de empresa estrangeira.
- Decreto de Autorização, devidamente arquivado na Junta Comercial, no caso de empresa estrangeira em funcionamento no País.

No caso de cooperativa:

- Ato Constitutivo (Ata da assembleia geral dos fundadores ou instrumento público) e os estatutos respectivos, devidamente arquivados na Junta Comercial;
- Relação de todos os cooperados, contendo nome e qualificações completas (nacionalidade, estado civil, profissão, endereço residencial, número da cédula de identidade e do CPF);
- Assinatura, por todos os cooperados, de Termo de Compromisso de Responsabilidade Solidária, do presente Edital;
- No caso de microempreendedor individual:
- Documento de identidade com foto e Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.com>.
- Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, com base no art. 63, §2 e 3º e 67, VI da Lei nº 14.133/21.

13.3.4 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:



13.3.4.1 Para fins de **comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF).
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou da sede do Licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei ou certidão com restrição;
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Prova de Regularidade com a Dívida Ativa com o Estado do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrição;
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, nº 01 - Centro – Trajano de Moraes – RJ.

	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO		PROCESSO: 4683/2025 FOLHA:
TERMO DE REFERÊNCIA			RÚBRICA:
(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO			

comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.3.5 Habilitação Econômico-Financeira:

13.3.5.1 Para fins de **comprovação da Habilitação Econômico-Financeira**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).
- A certidão em que não constar prazo de validade, será atribuído validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão.
- No caso de certidão positiva de recuperação judicial e extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

13.3.5.2 Apresentação dos balanços patrimoniais e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) O atendimento dos índices econômicos previstos na alínea "a" acima deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

13.3.5.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou, por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

13.3.5.4 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos

13.3.5.5 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor global estimado.

13.4 - Da comprovação da qualificação técnica – De acordo com o item 6 deste Termo e seus subitens, sendo os itens 6.2.1 e 6.2.2, deixamos abaixo o mesmo texto para comprovar a aptidão técnica da empresa.

13.4.1 Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa já forneceu concreto usinado ou material similar, em características compatíveis com o objeto da licitação.



13.4.2 Regularidade ambiental: a licitante deverá apresentar Licença Ambiental de Operação válida, emitida pelo órgão ambiental competente, autorizando o funcionamento da usina de produção de concreto usinado utilizada para o fornecimento do objeto da contratação.

13.4.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, nº 01 - Centro – Trajano de Moraes – RJ.

	<p align="center">PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>			PROCESSO: 4683/2025
	<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA</p>			FOLHA:
<p align="center">(X) PMTM () SOCIAL () SAÚDE () EDUCAÇÃO</p>				RÚBRICA:

13.4.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

13.4.5 Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, com base no art. 63, §§2 e 3º e 67, VI da Lei nº 14.133/21.

13.4.6 Declaração formal, sob as penas da lei, de disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal.

14. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS:

14.1. Consórcios:

- a) Será admitida a participação de licitantes em regime de consórcio.
b) As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante a Administração por todos os atos praticados pelo consórcio; c) Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

14.2. Cooperativas:

- a) Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho regida pela Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.

15. SUBCONTRATAÇÃO:

- 15.1 Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto.

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021):

- 16.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 1.335.000,00** (Um milhão trezentos e trinta e cinco mil reais).

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021):

- 17.1. A(s) dotação(ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é(são):

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO	FICHA
Secretaria Municipal de Obras	11001545100282090	33903000	17040000	210

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

NÚCLEO DE PREPARAÇÃO



Praça Waldemar Magalhães, nº 01 - Centro – Trajano de Moraes – RJ.

